



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000
CNPJ: 12.366.720/0001-54



Porto Calvo - AL, 19 de março de 2021.

Ofício nº 26/2021

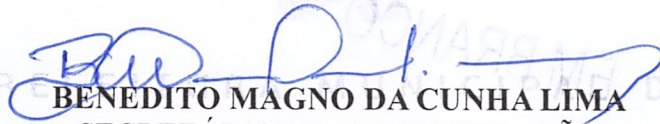
Excelentíssima Senhora,
ERONITA SPOSITO LEÃO E LIMA
Prefeita

Assunto: Abertura de dispensa para compra de material de construção para atender as demandas da secretaria de infraestrutura.

Excelentíssima Prefeita

Considerando o início do exercício de 2021, venho por meio deste solicitar a Vossa Senhoria, a: Compra de material de construção, conforme descrição e quantitativo descritos na planilha em anexo no termo de referência, para o atendimento das demandas do setor.

Atenciosamente,


BENEDITO MAGNO DA CUNHA LIMA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



**TERMO DE REFERÊNCIA
(COMPRAS)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO - ALAGOAS
(Processo Administrativo de dispensa n.º 07/2021)

1. DO OBJETO

1.1. Abertura de dispensa para compra de material de construção para atender as demandas da secretaria de infraestrutura..

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição se justifica pela necessidade desses materiais para a manutenção, e pequenas reformas emergenciais, que serão realizadas pelos próprios funcionários da Divisão de Serviços Gerais juntamente com a Sec. de infraestrutura, para manutenção dos prédios públicos. Os materiais deverão ser originais, novos, de primeira linha e devem respeitar os quantitativos descritos nas especificações abaixo. A especificação do material está de acordo com a relação encaminhada pela SEC. DE INFRAESTRUTURA.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	PC ASSENTO SANIT. TPJ BR1 SOFT	10
2	PC COLUNA P/ LAVADOURO BRANCA MARI	15
3	CT DOBRADIÇA FG 3	22
4	PC PORTA SANF. BRANCA MONTADA 72CM	10
5	PC FECHADURA EXT. BL/ESP 1001/02EC CR	49
6	CT DOBRADIÇA 850X2. 1/2' ZINC. CART	20
7	TORNEIRA P/LAV . B. MOVEL 1/4V C- 10	10
8	PC TELHA BRASILIT 2.44X1 10X5MM	30
9	KG PREGO 2.1/2X10	8
10	PC PA QUADRADA C/CABO 74CM	5
11	PARAFUSO P/TELHA BRASILIT 5	496



12	CALHA COM 3M	10
13	SC CIMENTO 50KG	307
14	ARGA MASSA	100
15	PC BACIA CONVENCIONAL BRANCA	20
16	LAVATORIO PARA COLUNA	15

3.1. O prazo de vigência da contratação será até o dia 31 de dezembro de 2021.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos itens é de 24 (vinte e quatro) horas, contados do (a) ordem de serviço/ fornecimento, no endereço a ser informado na ordem de serviço/fornecimento.

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a um terço do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

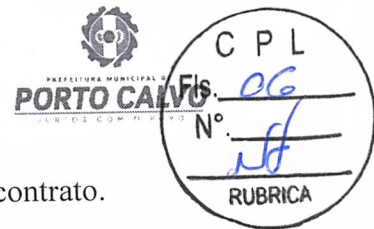


- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*:
 - 6.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;
 - 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



9.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10. DO REAJUSTE

10.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

10.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. cometer fraude fiscal;



11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. multa moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

11.2.3. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Município pelo prazo de até cinco anos;

11.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Termo de Referência.

11.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.5, 11.2.6 e 11.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.


11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-



se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

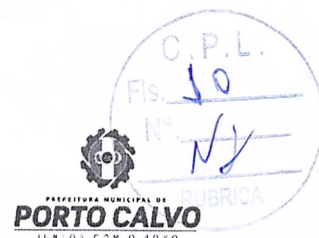
- 11.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
- 11.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 11.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 11.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 11.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

Município de Porto Calvo - Alagoas 19 de março de 2021.


BENEDITO MAGNO DA CUNHA LIMA
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO
Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000
CNPJ. N.º 12.366.720/0001-54



GABINETE DA PREFEITA

Processo nº 202103190008/2021

Interessado(a): Secretaria Municipal de Infraestrutura.

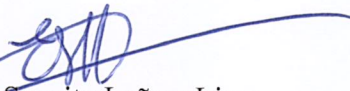
Assunto: Abertura de dispensa para compra de material de construção para atender as demandas da secretária de infraestrutura.

DESPACHO

DETERMINO:

1. O encaminhamento dos autos ao setor de compras para que sejam realizadas as devidas cotações.
2. Feito isto, evoluam-se os autos ao setor de contabilidade para obter informações quanto à dotação orçamentária e disponibilidade financeira.
3. Cumpridas todas as providências, restitua-se os autos a este Gabinete.

Porto Calvo/AL, 19 de março de 2021.


Eronita Sposito Leão e Lima
Prefeita Municipal de Porto Calvo



Estado de Alagoas
PREFEITURA DE PORTO CALVO
DIVISÃO DE COMPRAS

PROCESSO 202103190008 25/03/2021

MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS

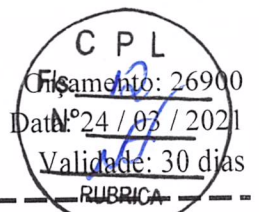
FORNECEDORES		GRUPO ARPOL		MADECON		FERNANDA MARIA CONCEIÇÃO	
Item	Quant.	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total
1	10	R\$ 32,58	R\$ 325,80	R\$ 33,00	R\$ 330,00	R\$ 35,00	R\$ 350,00
2	15	R\$ 80,24	R\$ 1.203,60	R\$ 89,80	R\$ 1.347,00	R\$ 175,00	R\$ 2.625,00
3	22	R\$ 10,17	R\$ 223,74	R\$ 14,76	R\$ 324,72	R\$ 12,00	R\$ 264,00
4	10	R\$ 146,39	R\$ 1.463,90	R\$ 148,00	R\$ 1.480,00	R\$ 160,00	R\$ 1.600,00
5	49	R\$ 46,00	R\$ 2.254,00	R\$ 56,28	R\$ 2.757,72	R\$ 56,00	R\$ 2.744,00
6	20	R\$ 10,00	R\$ 200,00	R\$ 15,00	R\$ 300,00	R\$ 14,00	R\$ 280,00
7	10	R\$ 75,00	R\$ 750,00	R\$ 76,00	R\$ 760,00	R\$ 78,00	R\$ 780,00
8	30	R\$ 89,00	R\$ 2.670,00	R\$ 95,00	R\$ 2.850,00	R\$ 95,00	R\$ 2.850,00
9	8	R\$ 20,90	R\$ 167,20	R\$ 22,00	R\$ 176,00	R\$ 20,00	R\$ 160,00
10	5	R\$ 41,75	R\$ 208,75	R\$ 45,00	R\$ 225,00	R\$ 43,00	R\$ 215,00
11	496	R\$ 2,20	R\$ 1.091,20	R\$ 2,50	R\$ 1.240,00	R\$ 2,50	R\$ 1.240,00
12	10	R\$ 165,09	R\$ 1.650,90	R\$ 175,00	R\$ 1.750,00	R\$ 165,50	R\$ 1.655,00
13	307	R\$ 34,44	R\$ 10.573,08	R\$ 36,00	R\$ 11.052,00	R\$ 35,00	R\$ 10.745,00
14	100	R\$ 28,00	R\$ 2.800,00	R\$ 29,00	R\$ 2.900,00	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
15	20	R\$ 152,00	R\$ 3.040,00	R\$ 169,00	R\$ 3.380,00	R\$ 200,00	R\$ 4.000,00
16	15	R\$ 91,84	R\$ 1.377,60	R\$ 109,66	R\$ 1.644,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DESCONTOS			R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 29.999,77	Soma	R\$ 32.517,34	Soma	R\$ 32.508,00

Prefeitura M. de Porto Calvo
Jose Flávio de Souza
Diretor da Div. de Compras
Port. Nº 22

FIRMA: ROGERIO DA SILVA SOUZA - ME
 CNPJ: 08.889.177/0001-00
 ENDEREÇO: ROD AL 101 NORTE KM 101
 VENCEDORA

DIVISÃO DE COMPRAS

MADECON MATERIAS DE CONSTRUÇÃO EIRELLI - MADECON
CNPJ: 07.229.881/0001-96 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 246012927
ENDEREÇO: RODOVIA AL 101 NORTE, 300 - CENTRO
CEP: 57900 - 000 - PORTO CALVO



Cliente: Prefeitura Municipal de Porto Calvo
Endereço:

CNPJ/CPF: ***.***.***/*-**-**

Item	Descrição	Quant.	Unt. (R\$)	Total (R\$)
1	Assento Sanit. Tpj Br1 Soft	10	R\$ 33,00	R\$ 330,00
2	Coluna P/ Lavadouro Branca Mari	15	R\$ 89,80	R\$ 1.347,00
3	Dobradiça Fg 3	22	R\$ 14,76	R\$ 324,72
4	Porta Sanf. Branca Montada 72cm	10	R\$ 148,00	R\$ 1.480,00
5	Fechadura Ext. BI/Esp 1001/02ec Cr	49	R\$ 56,28	R\$ 2.757,72
6	Dobradiça 850x2. 1/2' Zinc. Cart	20	R\$ 15,00	R\$ 300,00
7	Torneira P/Lav . B. Movel 1/4v C-10	10	R\$ 76,00	R\$ 760,00
8	Telha Brasilit 2.44x1 10x5mm	30	R\$ 95,00	R\$ 2.850,00
9	Prego 2.1/2x10	8	R\$ 22,00	R\$ 176,00
	Pa Quadrada C/Cabo 74cm	5	R\$ 45,00	R\$ 225,00
11	Parafuso P/Telha Brasilit 5	496	R\$ 2,50	R\$ 1.240,00
12	Calha Com 3m	10	R\$ 175,00	R\$ 1.750,00
13	Cimento 50kg	307	R\$ 36,00	R\$ 11.052,00
14	Arga Massa	100	R\$ 29,00	R\$ 2.900,00
15	Bacia Convencional Branca	20	R\$ 169,00	R\$ 3.380,00
16	Lavatorio Para Coluna	15	R\$ 109,66	R\$ 1.644,90

TOTAL (R\$) 32.517,34

Informação

Condições de Pagamento

Declaro ter lido e que concordo os termos e valores neste descritos

Não tem valor com recebido/comprovante de pagamento. Não tem valor como documento fiscal

Assinatura do Cliente

CNPJ 07.229.881/0001-96

V. V. JUSTINO CORDEIRO - ME

Rodovia AL 101 Norte, 300

Centro - CEP 57900-000

Porto Calvo - AL
Assinatura da Empresa



ROGERIO DA SILVA SOUZA ME

ROD AL 101 NORTE KM 100, 00100, ZONA URBANA

PORTO CALVO, AL, CEP: 57900000

Fone: 82-32921179/1172 CEL:9358.1589, CNPJ: 08.889.177/0001-00



DOCUMENTO AUXILIAR DE VENDA - ORÇAMENTO

ORÇAMENTO: 0000059874, Digitado: 22/03/2021 10:55, Usuário: 00016, dia: 22/03/2021 11:54, Pág: 1
Cliente.: 00311/PREFEITURA MUNIC.DE PORTO CALVO CPE/CNPJ: 12.350.720/0031-54 Fone:
RUA DR. ANTONIO DORTA, 00018, CENTRO PORTO CALVO
Vendedor.: 00016/CODO

Codigo	Cod Barras	Quant	Un	Descricao	P.Tabela	Desconto	P.Unit	Total
0990023	7891222045879	10,000	PC	ASSENTO SANIT. TPJ BR1 SOFT.....	32,58	0,00	32,58	325,80
0820045		15,000	PC	COLUNA P/LAVATORIO BRANCA MARI	80,24	0,00	80,24	1.203,60
0290184	7891417144011	22,000	CT	DOBRADICA 1201 PG 3"	10,17	0,00	10,17	223,74
0450005		10,000	PC	PORTA SANF. BRANCA MONTADA 72CM	146,39	0,00	146,39	1.463,90
0450076	7898427932966	49,000	PC	FECHADURA EXT.BL/ESP 1001/02BC CR	46,00	0,00	46,00	2.254,00
0450079	7898087581399	20,000	CT	DOBRADICA 850X2.1/2" ZINC. CART.	10,00	0,00	10,00	200,00
0910007	7898549237093	10,000	UN	TORNEIRE P/LAV.B.MOVEL 1/4V.1195 C-10	75,00	0,00	75,00	750,00
0050027		30,000	PC	TELHA BRASILEI 2.44X1.10X5MM	89,00	0,00	89,00	2.670,00
0360020	7891738018992	8,000	KG	PREGO 2.1/2X10 .SERDAE	20,90	0,00	20,90	167,20
0480488		5,000	PC	PA QUADRADÁ C/ CABO 74CM RES.77465/334	41,75	0,00	41,75	208,75
0350227		496,000	UN	PARAFUSO P/ TELHA BRASILEI 5,7/16X100MM	2,20	0,00	2,20	1.091,20
0180011		10,000	UN	BEIRAL GALHA C/ SM. 125 (LIGA)	165,09	0,00	165,09	1.650,90
0212138		307,000	SC	CIMENTO ZEBU CP-II 50KG	34,44	0,00	34,44	10.573,08
0212116		100,000	SC	ARGA MASSA COLENTE EXT. AC2 VORO MASSA	28,00	0,00	28,00	2.800,00
0820040		20,000	PC	BACIA CONVECIONAL BRANCA MARI	152,00	0,00	152,00	3.040,00
0000045		15,000	PC	LAVATORIO P/COLUNA BRANCA MARI	91,84	0,00	91,84	1.377,60

Sub-Total.....: 29.999,77
Total Descontos....: 0,00
TOTAL A PAGAR.....: 29.999,77
Forma de Pagamento: 04/Dupl carteira
Assinatura:

EM BRANCO

INSCRIÇÃO NO CAD. DO ICMS
242.00385-0

ROGÉRIO DA SILVA SOUZA - ME

AL 101 Norte KM 100, S/N
Zona Urbana - CEP 57900-000
Porto Calvo - Alagoas
CNPJ: 08.889.177/0001-00

Rogério da Silva Souza

23 25

DOCUMENTO AUXILIAR DE VENDA - ORCAMENTO

NÃO É DOCUMENTO FISCAL - NÃO É VÁLIDO COMO RECIBO E COMO GARANTIA DE MERCADORIA - NÃO COMPROVA PAGAMENTO

C P L
Nº 14
RUBRICA

Identificação do Estabelecimento Emitente

Pag: 1

Denominação: FERNANDA M CONCEICAO DE OLIVEIRA ME Fone:82-32921766
Data da Operação: 23/03/2021 Vendedor:00001/LOJA

CNPJ:08111687000144
Usuário:00001

Identificação do Destinatário

Cliente: DIVERSOS/00001
Fantasia:
P.Ref:

Telefone:
CNPJ/CPF:
I.Est/RG:

Nº do Documento: 0000052425

Nº do Cupom Fiscal:

Código	Un	Descrição dos Produtos	Cod.Barras	Quant	P.Tabela	Desconto	Preco Unit	Total
0001746	UN	ASSENTO DURIN PLUS BR		10,000	35,00	0,00	35,00	350,00
0003064	UN	LAVAT C/ COLUNA BR		15,000	175,00	0,00	175,00	2.625,00
0002035	UN	DOBRADICA FG 3"		22,000	12,00	0,00	12,00	264,00
0003872	UN	PORTA PVC 70X210 BRANCA	00000SEM GTIN	10,000	160,00	0,00	160,00	1.600,00
0000109	UN	FECHAD.HELA 2019/17 ITALIA LO	7898290100349	49,000	56,00	0,00	56,00	2.744,00
87	UN	DOBRADICA FOE 2.1/2"	7891417163258	20,000	14,00	0,00	14,00	280,00
0000337	UN	TORN PEVILLON C40 LAVAT	7894023069839	10,000	78,00	0,00	78,00	780,00
0000567	UN	TELHA BRASILIT 2,44X1,10X5M		30,000	95,00	0,00	95,00	2.850,00
0000597	KG	PREGO GERDAU 2.1/2X10	7891738018992	8,000	20,00	0,00	20,00	160,00
0001295	UN	PA TRAMONTINA CABO PLAST.		5,000	43,00	0,00	43,00	215,00
0003082	UN	PARAFUSO LP/ TELHA	7898417906175	496,000	2,50	0,00	2,50	1.240,00
0003641	UN	CALHA C/ 3M		10,000	165,50	0,00	165,50	1.655,00
0002617	UN	ARGAMASSA AC2		100,000	30,00	0,00	30,00	3.000,00
0003724	UN	BACIA CONV BR	00000SEM GTIN	20,000	200,00	0,00	200,00	4.000,00
0000282	KG	CIMENTO ZEBU 50KG		307,000	35,00	0,00	35,00	10.745,00
*	*	*	*	*	*	*	*	*

OBSERVAÇÃO:

ANOTAÇÕES GERAIS

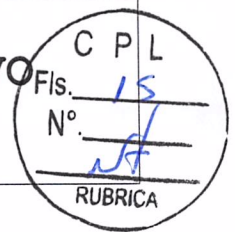
Forma de Pagamento: 05/Venda a Vista N.Itens: 15 Subtotal: 32.508,00 Desc: 0,00 Tot.Pagar: 32.508,00

É VEDADA A AUTENTICAÇÃO DESTE DOCUMENTO

DISC. ESTADUAL 24852631-6
FERNANDA MARIA CONCEIÇÃO
DE OLIVEIRA-ME
R. CEL. CLODDALDO DA FONSECA, 286-A
CENTRO/CEP:57900-00
PORTO CALVO-AL
(CNPJ) 08111687/0001-44



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



Comunicado Interno

PORTO CALVO, Alagoas, 25 de março de 2021

Assunto: Pedido de Dotação Orçamentária

Processo nº 202103190008

Objeto: **Material de Construção**

Por meio do Presente, informamos que existe autorização e disponibilidade orçamentária para contratação de **material de construção** de acordo com a(s) funcional(ais) programática(s) abaixo e respectivo elemento(s) de despesa(s).

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA / PROJETO ATIVIDADE

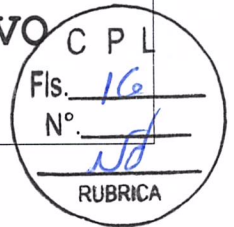
04.122.00012.002 MANUTENCAODOGABINETEDOPREFEITO
04.122.00012.003 MANUTENCAODASATIVIDADES DASEC.MUN.DEADMINISTRACA
O
04.123.00012.004 MANUTENCAODASEC.MUN.DEFINANCAS
12.122.00012.005 MANUTENCAODASATIVIDADES DASECRETARIAMUNDEEDUCAC
AO
15.122.00012.009 MANUTENCAODASECRETARIAMUNICIPALDEINFRA-ESTRUTUR
A,LIMP.URB.E
04.121.00012.010 MANUTENCAODASECRETARIADEINDUSTRIAECOMERCIO
27.122.00012.011 MANUTENCAODASECRETARIAMUNICIPALDETURISMOEEVENT
OS
12.122.00012.015 MANUTENCAODOFUNDOMUNICIPALDEEDUCACAO
04.122.00012.018 MANUTENCAODOGABINETEDOVICE-PREFEITO
04.122.00012.019 MANUTENCAODASECRETARIAMUNICIPALDEDESENVOLVIMEN
TOURBANOEHABI
18.541.00012.020 MANUTENCAODASEC.MUN.DEMEIOAMBIENTE,REC.HID.,CIEN
CIAETECN
04.121.00012.021 MANUTENCAODASECRETARIADEPLANEJAMENTO,EMPREGOE
RENDA
27.812.00012.022 MANUTENCAODASECRETARIAMUNICIPALDEESPORTEELAZER
26.122.00012.023 MANUTENCAODASECRETARIAMUNICIPALDETRANSPORTE
04.121.00012.024 MANUTENCAODASECRETARIAMUNICIPALDEGESTAODEGOVE
RNOEART.POLI
13.122.00012.025 MANUTENCAODASECRETARIAMUNICIPALDECULTURA
04.122.00012.026 MANUTENCAODASECRETARIAMUNICIPALDECOMUNICACAO
12.361.00024.002 FUNDEB/ENSINOFUNDAMENTAL-40%
12.365.00024.004 FUNDEB/ENSINOINFANTIL-40%
12.366.00024.006 FUNDEB/EDUCAODEJOBENSEADULTOS40%
12.365.00026.004 MANUTENCAODASATIVIDADES DOENSINOINFANTIL
12.361.00026.005 MANUTENCAODOENSINOFUNDAMENTAL
13.122.00016.006 MANUTENCAODEATIVIDADES FESTIVASECULTURAI
S
04.122.00016.007 MANUTENCAODODEPTOLICITACOES
04.122.00016.015 MANUTENCAODO SERTORDECOMPRAS
04.122.00016.016 MANUTENCAODOALMOXARIFADOCENTRAL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Artigo 62 – Na hipótese de o Projeto de LOA – Lei Orçamentária Anual não haver sido sancionado até 31 de dezembro de 2020, fica autorizada a execução da Proposta Orçamentária, originalmente encaminhada à Câmara Municipal, sendo as dotações liberadas para movimentação a razão de 1/12 (um doze avos), para cada mês até sanção do Projeto de Lei.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



04.122.00016.017 MANUTENCAODAPROCURADORIAMUNICIPAL

ELEMENTO DE DESPESA

3.3.3.9.0.3.0.00.00.00..0000 – MATERIAL DE CONSUMO


FRANCISCO LEANDRO DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

EMBRANCO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Artigo 62 – Na hipótese de o Projeto de LOA – Lei Orçamentária Anual não haver sido sancionado até 31 de dezembro de 2020, fica autorizada a execução da Proposta Orçamentária, originalmente encaminhada à Câmara Municipal, sendo as dotações liberadas para movimentação a razão de 1/12 (um doze avos), para cada mês até sanção do Projeto de Lei.

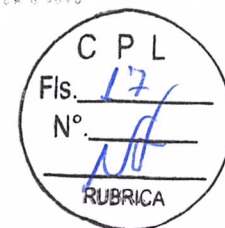


Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000
CNPJ. N.º 12.366.720/0001-54



GABINETE DA PREFEITA



Processo nº 202103190008

Interessado (a): Abertura de dispensa para compra de material de construção para atender as demandas da secretaria de infraestrutura.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de Direito, que em cumprimento as determinações das normas legais que versa sobre finanças públicas, e específico o artigo 16, incisos I e II da Lei Complementar nº 101/2000, que a despesa decorrente do presente processo em tramitação tem adequação orçamentária e financeira para o corrente exercício financeiro, com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Encaminha-se a Comissão Permanente de Licitações, para adoção das formalidades de praxe, observando as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93.

EM BRANCO

Porto Calvo – Al, 25 de março de 2021.

Eronita Sposito Leão e Lima
Prefeita Municipal de Porto Calvo



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Expediente Interno

Porto Calvo - AL, 25 de Março de 2021.

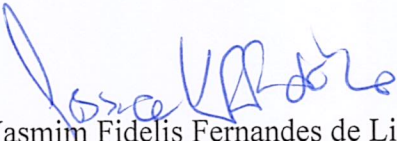
Da: Comissão Permanente de Licitação

Ao: Gabinete da Prefeita

Esta comissão após análise do objeto do presente feito concluir pela desnecessidade do certame, sendo esta indispensável consoante o art. 24, inciso IV Lei Federal nº 8.666/93.

O procedimento em destaque cercou-se das precauções da rotina sendo justificada a escolha da iludida **Abertura de dispensa para compra de material de construção para atender as demandas da secretária de infraestrutura.**

Encaminha-se os autos do processo administrativo 202103190008/2021 para procuradoria jurídica para análise e parecer e posteriormente ao Gabinete da Prefeita, para conhecimento da matéria e manifestação, sobre a ratificação ou não do entendimento gravado.


Jéssica Yasmim Fidelis Fernandes de Lima
Presidente da CPL



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO
Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000
CNPJ. N.º 12.366.720/0001-54
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



PARECER Nº /2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 202103190008

CONSULENTE: Comissão Permanente de Licitação

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE PORTO CALVO.

I – CONSULTA

Trata-se de processo administrativo encaminhado a esta Procuradoria-Geral do Município de Porto Calvo - AL, pela Chefe da Comissão permanente de licitação, para análise e parecer quanto a viabilidade da contratação de empresa para o fornecimento de material de construção para atender à demanda da secretaria de infraestrutura do município de Porto Calvo

Diante do acervo de elementos apresentado e das necessidades administrativas de interesse público, proferimos o seguinte parecer:

II – ANÁLISE

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações. Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...) "XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, ou até que seu transcorrer venha a causar mais danos ao interesse público que sua dispensa ou inexigibilidade, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de contratação realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação: Verifica-se que, conforme inciso V, art. 25 da Lei 8.666/93:

“Art. 24 É dispensável a licitação”.(...)” II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; . (Grifo nosso).

Temos que o presente processo tem por escopo a contratação materiais e serviços necessários reparação e manutenção da rede Hidráulica das edificações da municipalidade.

Nota-se que a empresa que se pretende contratar, apresentou a documentação necessária, ressaltando as responsabilidades da mesma pela veracidade das informações prestadas, notam-se presentes os requisitos mínimos de habilitação para o processo licitatório.

O serviço é de veras de grande interesse público, e o valor faz jus ao procedimento de dispensa licitatória, conforme vejamos um de tantos precedentes sobre o tema:

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DIRETA. SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL EM RÁDIO LOCAL. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. INVIABILIDADE DA COMPETIÇÃO. FORNECEDOR ÚNICO. (ART. 25, CAPUT, LEI Nº 8.666/93). SERVIÇO DE PEQUENO VALOR. POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 24, II, LEI Nº 8.666/93). AUSÊNCIA DE PROVA DE DOLO OU MÁ FÉ. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO. IMPROBIDADE NÃO CONFIGURADA. SENTENÇA CONFIRMADA EM REEXAME NECESSÁRIO. 1. A norma inserta no art. 25, II, da Lei nº 8.666/93 veda a inexigibilidade de licitação para contratação dos serviços de publicidade e divulgação fundada, exclusivamente, na singularidade dos serviços e na notória especialização dos profissionais, sendo viável, noutro giro, a contratação direta pautada em outras hipóteses de inexigibilidade do procedimento licitatório, até porque o rol contido no art. 25 da Lei nº 8.666/93 é meramente exemplificativo. 2. Considerando o valor total dos serviços de divulgação contratados (R\$ 6.000,00), a licitação seria dispensável, a teor do disposto no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, que autoriza a dispensa de licitação para contratação de serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II, do art. 23 (R\$ 80.000,00). 3. A ausência da demonstração de ilegalidade na contratação direta, bem como da ocorrência de favorecimento ou superfaturamento de preços, afasta a configuração do dolo, da má-fé, e, até mesmo, da culpa grave, elementos necessários e indispensáveis para caracterizar a improbidade, em todas as suas modalidades (artigos 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/92). 4. Não havendo discussão acerca da efetiva prestação dos serviços contratados, não há falar-se em prejuízo ao erário. (TJ-MG - Remessa Necessária-Cv: 10521110036675001 Ponte Nova, Relator: Bitencourt Marcondes, Data de Julgamento: 08/08/2019, Câmaras Cíveis / 19ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 19/08/2019)

Nesse caso aplicasse o segundo requisito no art. 24, II, da Lei no 8.666/93, pois há necessidade da contratação de diversos produtos e serviços, sobretudo ante a chegada de uma nova gestão e ao caos deixado pela gestão anterior, onde comprovou-se o descaso público a ponto de ser decretada a



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO
Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000
CNPJ. N.º 12.366.720/0001-54



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

calamidade pública conforme decreto municipal 02/2021, estando os prédios públicos com sérios danos na estrutura dos prédios de uso da prefeitura e suas secretarias, apresentando vazamentos em tantos pontos, bem como mofo, pontos de rachaduras e falta de manutenção.

Os serviços contratados são meios necessários ao cumprimento de algumas atividades municipais, assim atribuindo aquelas ocorridas em áreas internas aos prédios utilizados pela municipalidade, sobretudo visando à solução dos problemas causados pela situação emergencial ou calamitosa, conforme decreto municipal 02/2021. Salientamos a obrigatoriedade do cumprimento do disposto no artigo 26, da Lei nº 8.666/93, e as justificativas da dispensa devem ser levadas ao conhecimento da autoridade superior.

Crucial se faz recordar Acórdão do TCU quanto a algumas pontuações para o caso de dispensa a licitação:

“Acórdão n.º 1.084/2007 Plenário Realize o planejamento prévio dos gastos anuais, de modo a evitar o fracionamento de despesas de mesma natureza, observando que o valor limite para as modalidades licitatórias é cumulativo ao longo do exercício financeiro, a fim de não extrapolar os limites estabelecidos nos artigos 23, § 2º, e 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993. Adote a modalidade adequada de acordo com os arts. 23 e 24 da Lei nº 8.666/1993, c/c o art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, de modo a evitar que a eventual prorrogação do contrato administrativo dela decorrente resulte em valor total superior ao permitido para a modalidade utilizada, tendo em vista a jurisprudência do Tribunal.”

Da situação da Minuta do contrato apresentado, denota-se que segue cumpridos os requisitos da legalidade, amparado na lei 8666/93, sobretudo quanto aos artigos, 24.

Passa-se a concluir

III – CONCLUSÃO

Posto isso, frisando-se que a presente análise é feita sob o prisma estritamente jurídico-formal, não adentrando, portanto, na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, sendo de responsabilidade das Secretarias envolvidas as informações prestadas com base nas quais esta análise jurídica foi realizada, e no pressuposto de ser impossível aguardar a realização de procedimento licitatório sem causar prejuízos à prestação dos serviços públicos envolvidos, além do valor dentro do limite legal, a contratação direta se mostra possível no presente caso ante a atender à demanda necessária, bem como por está enquadrada no inciso II do art. 24 da lei 8666/93.

Assim, salvo melhor juízo, A Procuradoria opina no sentido de que encontram-se presentes os elementos técnico-jurídico para a contratação por dispensa de licitação contratação de empresa especializada para o fornecimento de material de construção para atender à demanda da



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO
Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000
CNPJ. N.º 12.366.720/0001-54



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

secretaria de infraestrutura do município de Porto Calvo, conforme termo de referência apresentado, restando atenda a administração para futuras repetições da presente contratações, as quais deverão seguir acordo TCU nº 1087/2007.

Ressalto, por fim, que a presente análise, realizada em tese, restringe-se aos aspectos formais da contratação, sendo de responsabilidade das secretarias e setores administrativos que prestaram as informações analisadas, bem como o cumprimento ao disposto no art. 24, incisos II e art. 26, parágrafo único, I, II e III, e 61 da Lei nº 8.666/93, não havendo óbice quanto as formalidades tomadas neste procedimento.

Salvo Melhor Juízo. É o parecer, contudo submeto a ratificação do Gabinete.

Porto Calvo – AL., 25 de março de 2021.

Daniel Cordeiro de França Casado
Daniel Cordeiro de França Casado

PROCURADOR ADJUNTO DO MUNICÍPIO DE PORTO CALVO

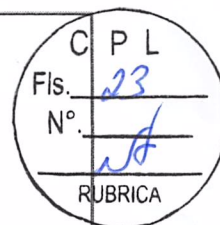
OAB/AL nº 14641

EM BRANCO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.889.177/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/06/2007
NOME EMPRESARIAL ROGERIO DA SILVA SOUZA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ARPOL	PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO ROD AL 101 NORTE KM 100	NÚMERO SN	COMPLEMENTO *****
CEP 57.900-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA URBANA	MUNICÍPIO PORTO CALVO
UF AL	ENDEREÇO ELETRÔNICO arpolltda@uol.com.br	
TELEFONE (82) 3292-1179/ (82) 9657-0300		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/06/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 22/03/2021 às 11:48:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

C P L
 Fis. 24
 N° 17
 RUBRICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
 CARTERA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

AL

NOME: **ROGERIO DA SILVA SOUZA**

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF: **743363 SSP / AL**

CPF: **477.681.954-04** DATA NASCIMENTO: **12/03/1967**

FILIAÇÃO: **MANOEL JANUARIO DE SOUZA**
MARIA CICERA DA SILVA
SOUZA

PERMISSÃO: **AC** CAT. HAB: **AC**

N° REGISTRO: **00578815207** VALIDADE: **10/02/2025** HABILITAÇÃO: **06/04/1985**

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO PORTADOR: *Rogério da Silva Souza*

LOCAL: **PORTO CALVO, AL** DATA EMISSÃO: **11/02/2020**

ASSINATURA DO EMISSOR: *[Signature]*
 56608664829
 AL024118990

ALAGOAS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1931781776

PROIBIDO PLASTIFICAR 1931781776

DF-AC/AL-AD-AN-TRANSP-ES-GO-CONT-INS-TR-TR

Voltar

Imprimir

**CAIXA**
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 08.889.177/0001-00
Razão Social: ROGERIO DA SILVA SOUZA ME
Endereço: ROD AL 101 NORTE KM 100 1 SN / ZONA URBANA / PORTO CALVO / AL /
57900-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/03/2021 a 07/04/2021

Certificação Número: 2021030902505719811105

Informação obtida em 15/03/2021 15:24:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Estado de Alagoas
Secretaria de Estado da Fazenda
Superintendência da Receita Estadual



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Certidão fornecida para o CNPJ: 08.889.177/0001-00

Nome/Contribuinte: ROGERIO DA SILVA SOUZA - ME

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir, até a presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos do contribuinte e refere-se a débitos de natureza tributária e descumprimento de obrigações acessórias.

Certidão emitida gratuitamente com base na Instrução Normativa SEF nº. 27 de 15 de maio de 2017.

Certidão emitida nos termos do art. 78 da Lei nº 6.771/06 e do art. 255 do Decreto nº 25.370/13.

Válida até 14/05/2021

Emitida às 15:29:27 do dia 15/03/2021

Código de controle da certidão: 16DC-3C37-53A5-4FA5

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Executiva da Receita Estadual na internet, no endereço: www.sefaz.al.gov.br.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ROGERIO DA SILVA SOUZA
CNPJ: 08.889.177/0001-00

Reservado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconstrução para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

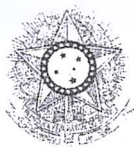
Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A veracidade desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

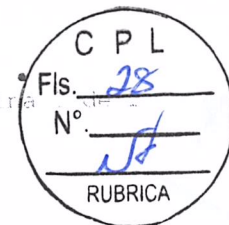
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 06:50:28 do dia 12/02/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/08/2021.

Código de controle da certidão: **B6BD.7ED6.44DC.ACBD**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ROGERIO DA SILVA SOUZA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 08.889.177/0001-00
Certidão nº: 30805883/2020
Expedição: 19/11/2020, às 09:38:34
Validade: 17/05/2021 - 130 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ROGERIO DA SILVA SOUZA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.889.177/0001-00**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

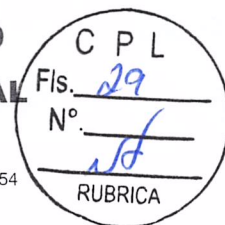
INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.




PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO
SECRETARIA DE NEGÓCIOS DA FAZENDA MUNICIPAL
PROCURADORIA JUDICIAL DO MUNICÍPIO

Endereço: RUA DO DR. ANTONIO DORTA, 18-CENTRO Telefone: (82)3292-1463 CNPJ: 12.366.720/0001-54



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no PROCESSO Nº 2021 e com base na legislação em vigor, que o contribuinte mencionado abaixo, está quite com os tributos do cadastro mercantil até 25/03/2021

Contribuinte: ROGERIO DA SILVA SOUZA - ME		Inscrição Mercantil: 1051
Localização: RUA ROD. AL 101 NORTE +, S/N, , ZONA URBANA		Sequencial: 7441
Natureza: Tributos Mercantis		Referência Loteamento: Cadastro Imobiliário:
Razão Social: ROGERIO DA SILVA SOUZA - ME		Inscrição Imobiliária: 7610
CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Inscrição Mercantil
08.889.177/0001-00		1051
Código Atividade Principal: 4530703 COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	Código Atividade Sec.: 0	
Início Atividade: 12/06/2007	Validade: 24/05/2021	
Observações: Válido por 59 dias.		
 _____ Coordenador tributário		

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO se reserva o direito de cobrar futuramente, quaisquer dívidas que porventura venham a ser apuradas posteriormente relativas ao período a que se refere a presente certidão.

Para validar a autenticidade desse documento acesse a PREFWEB

9FB42DF7C35E2F0F7EA558E6C3B38CC0B71C9ED4



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO
SECRETARIA DE NEGÓCIOS DA FAZENDA MUNICIPAL

PROCURADORIA JUDICIAL DO MUNICÍPIO

Endereço: RUA DO DR. ANTONIO DORTA, 18-CENTRO Telefone: (82)3292-1463 CNPJ: 12.366.720/0001-54



CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL - CIM

INSCRIÇÃO:	NOME:	CPF/CNPJ:
1051	ROGERIO DA SILVA SOUZA - ME	08.889.177/0001-00
ENDEREÇO:		NÚMERO:
RUA ROD. AL 101 NORTE +, S/N - Bairro: ZONA URBANA PORTO CALVO		CEP: 57900-000
BAIRRO:	CIDADE:	UF:
	PORTO CALVO	AL
ATIVIDADE PRINCIPAL:		
4530703 - COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES		
DATA DE EXPEDIÇÃO:	VÁLIDO ATÉ:	
25/03/2021	24/04/2021	

PORTO CALVO, 25 de Março de 2021

Secretário Executivo da Receita

Para validar autenticidade deste documento acesse:
<https://www.tributosmunicipais.com.br/gestor/prefeitura/portocalvo//views/publico/portaldocontribuinte/publico/autenticacao/autenticacao.xhtml>

BF5179150DF25C0895A631973A5EAF0B95E5BE57



CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº XXXXXX
DISPENSA Nº XXXXX.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. XXXXXXXXX

CONTRATO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM, EM CARATER DE EMERGÊNCIA O
MUNICÍPIO DE PORTO CALVO E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXX TENDO POR OBJETO
XXXXXXXXXXXXX EM CARATER EMERGÊNCIAL.

Pelo presente instrumento, compareceram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PORTO CALVO**, pessoa jurídica de direito público interno, situado na rua Dr. Antônio Dorta, nº 18, bairro Centro, cidade de Porto Calvo, Estado de Alagoas, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.366.720/0001-54, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. **ERONITA SPOSITO LEÃO E LIMA**, brasileira, casada, portadora do RG nº 928461 SSP/AL e do CPF nº 827.217.934-20, residente e domiciliada em Porto Calvo, Estado de Alagoas, doravante designado simplesmente "**CONTRATANTE**", e do outro lado a empresa, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ/MF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, localizada no endereço: XXXXXXXXXXXX, XX, XXXXXX, XXXXXXXX, CEP: XXXXXX, representada neste ato pelo seu representante legal, o sr. XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado em XXXXX - XX, portador do RG n.º XXXXXXXXXXX XXX/XX e do CPF n.º XXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e celebram por força do presente instrumento, **XX**, resultado do **Processo n.º XXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada simplesmente **Contratada**, resolvem celebrar o presente Contrato Temporário em **caráter de emergência**, que será regido pelo Inciso II do Artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado e, ainda, pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a XX.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000
CNPJ: 12.366.720/0001-54



2.1. A presente contratação será realizada em **caráter de dispensa licitatória** com amparo no Inciso II do Artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 pelo parecer da Procuradoria Jurídica do Município, em razão de se tratar de serviço essencial e contínuo, não possível de ser interrompido, bem como se considerando o tempo necessário à realização do respectivo processo licitatório.

2.3. O prazo de vigência da contratação será até o dia 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

3.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste Contrato.

3.2. O fornecimento do objeto deste Contrato, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

- 3.2.1. Proposta da CONTRATADA;
- 3.2.2. Processo de Dispensa nº /2021 e seus anexos;
- 3.2.3. Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente **contrato será em caráter emergencial**, tendo sua vigência até o máximo de 60 (noventa) dias, contados a partir de sua assinatura, podendo, no entanto, ser prorrogado até os limites legais ou ser rescindido antes deste prazo pela Administração Pública Municipal, na hipótese de concluído o certame respectivo, inclusive com sua devida homologação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO DOS SERVIÇOS

5.1. Os preços para os **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** será no valor mensal de R\$ XX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXX) totalizando o valor global de R\$ XX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXX), para XXXXXXXXXXXXX, conforme tabela abaixo.

5.2. Os valores acima permanecerão irreajustáveis (correção monetária) pelo tempo de vigência do contrato.

5.3. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000
CNPJ: 12.366.720/0001-54



- a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º, da Lei n. 8.666/93;
- b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º, da Lei n. 8.666/93.

5.4. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

5.5. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento das obrigações será efetuado mensalmente pela Contratante mediante a apresentação das notas fiscais/fatura, pelos serviços efetivamente executados, devidamente atestados pelo Setor competente, mediante transferência bancária em conta corrente da empresa contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidos em contrato, observados os seguintes critérios:

- a) Documento de cobrança rejeitado por erros ou incorreções em seu preenchimento será formalmente enviado à contratada, no prazo máximo de três dias úteis da data de sua apresentação;
- b) Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição, deverão ser reapresentados num prazo máximo de três dias úteis;
- c) A Contratante disporá de um prazo de até 10 (dez) dias contados a partir da data final do período de adimplemento em cada parcela, para ultimar o pagamento;

6.2. - Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. - As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município de Porto Calvo, exercício de 2021, constante nos autos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. - Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, o CONTRATANTE se compromete a efetuar o pagamento na forma prevista na cláusula sexta.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000
CNPJ: 12.366.720/0001-54



- 8.2. – Serão realizadas vistorias pelo CONTRATANTE que terão por objetivo: a avaliação da qualidade e do andamento dos serviços prestados.
- 8.3. – A falta de pagamento de qualquer importância devida sob o presente contrato na data do vencimento, implicará em multa de 2% sobre o valor em atraso, corrigidos monetariamente + 1% a.m. de juros, *pro rara die*, calculados desde a data do vencimento do respectivo documento de cobrança até a data do efetivo pagamento.
- 8.4. – Na hipótese de rescisão contratual, fica estabelecida uma multa contratual para a **CONTRATADA**, em quantidade equivalente a 03 (três) vezes o valor mensal devido para a **CONTRATANTE** à época da rescisão, sem prejuízo de medidas cabíveis para indenização de eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. - Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, a **CONTRATADA** fica obrigada a:

- a) Manter as mesmas condições que a habilitaram perante a Contratante como condição para a celebração do Contrato e durante a vigência deste;
- b) Assinar o “**Contrato**” relativo ao objeto adjudicado, no prazo de até cinco dias úteis, a contar da notificação;
- c) Submeter-se às normas e fiscalização que a Administração Pública Municipal exercerá sobre os serviços;
- d) Assumir plena responsabilidade legal administrativa e técnica pela execução e qualidade dos serviços;
- e) Levar ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades observadas nas áreas de serviços, para as providências que se fizerem necessárias;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas de 10% (dez por cento), consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho.

10.2. A hipótese de recusa, sem motivo justificado e aceito pela Administração, no recebimento da Nota de Empenho, constitui-se em falta grave, sujeitando a contratada à sua inscrição no Registro de Ocorrências da Secretaria de Administração de Porto Calvo e não impede, em razão das circunstâncias e a critério da administração desta Secretaria, a aplicação das demais sanções previstas no artigo 87, II, III e IV, da Lei nº 8.666/93, a saber:

- a) multa de 2% sobre o valor total do contrato que, em caso de não pagamento, será encaminhada para a dívida ativa do Estado, visando a sua execução;
- b) suspensão de, no mínimo 1 (um) ano e, no máximo de 2 (dois) anos, do direito de licitar / contratar com a Administração; e
- c) declaração de Inidoneidade.



10.3. - A multa prevista neste item será aplicada até o limite de 20% (vinte por cento) e será cobrada por compensação financeira dos créditos que o contratado tiver a receber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1. - O presente contrato poderá ser denunciado, por acordo entre as partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 10(dez) dias da data desejada para o encerramento, em conformidade com o art. 79, II da Lei 8 666/93.

11.2. - O presente contrato também poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

11.3. - Em caso de rescisão administrativa ou amigável deverá haver autorização prévia e fundamentada da Secretária Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

12.1. - A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** relativos ao presente contrato:

- a) Aumentar ou diminuir os quantitativos contratados nos limites previsto no art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93;
- b) Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei 8666/93;
- c) Aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato; e
- d) Fiscalizar a execução do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. - Para eficácia do presente instrumento, o **CONTRATANTE** providenciará sua publicação no Mural desta Prefeitura e na imprensa oficial, em forma de extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. - A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas e manter-se em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 8666/93 e legislação complementar, durante a vigência deste instrumento.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. - As partes contratantes elegem o foro de Porto Calvo, AL, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Porto Calvo, AL, XX de XXXXXX de 2021.

CONTRATANTE
ERONITA SPOSITO LEÃO E LIMA
PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PORTO CALVO

CONTRATADA
XX,
CNPJ/MF nº XXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

01 - NOME:
CPF:

02 – NOME:
CPF:



GABINETE

Processo Administrativo nº 202103190008

RATIFICAÇÃO

1. Ciente;
2. Tendo em vista o Parecer jurídico de folhas Retro, RATIFICO o processo administrativo e encaminho a Comissão Permanente de Licitações o Processo nº. 26/2021, para quanto à celebração do contrato e suas publicações assim como as demais providências, conforme estabelecida no art. 26, caput, art. 49, § 4º da lei 8.666/93.

Porto Calvo - Alagoas, 25 de março de 2021.

Eronita Sposito Leão e Lima
Prefeita Municipal de Porto Calvo



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000
CNPJ: 12.366.720/0001-54



CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº26 /2021
DISPENSA Nº 07/2021.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 202103190008

CONTRATO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE PORTO CALVO E A EMPRESA **ARPOL - ME** TENDO POR OBJETO ABERTURA DE DISPENSA PARA COMPRA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Pelo presente instrumento, compareceram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PORTO CALVO**, pessoa jurídica de direito público interno, situado na rua Dr. Antônio Dorta, nº 18, bairro Centro, cidade de Porto Calvo, Estado de Alagoas, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.366.720/0001-54, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. **ERONITA SPOSITO LEÃO E LIMA**, brasileira, casada, portadora do RG nº 928461-SSP/AL e do CPF nº 827.217.934-20, residente e domiciliada em Porto Calvo, Estado de Alagoas, doravante designado simplesmente **“CONTRATANTE”**, e do outro lado a empresa, **ROGERIO DA SILVA SOUZA ME**, CNPJ/MF nº 08.889.177/0001-00, localizada no endereço: Rod. AL 101 Norte Km 101, SN, Porto Calvo, Alagoas, CEP: 57900-000, representada neste ato pelo seu representante legal, o Srº **ROGERIO DA SILVA SOUZA**, residente e domiciliado em Porto Calvo-AL, portador do RG n.º743363-SSP/AL e do CPF n.º 477.681.854-04, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e celebram por força do presente instrumento, **Abertura dos procedimentos necessários de dispensa para compra de material de construção para atender as demandas da secretaria de infraestrutura**, resultado do **Processo n.º 202103190008**, doravante denominada simplesmente **Contratada**, resolvem celebrar o presente Contrato Temporário, que será regido pela Lei n. 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado e, ainda, pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto **Abertura de dispensa para compra de material de construção para atender as demandas da secretaria de infraestrutura.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição se justifica pela necessidade desses materiais para a manutenção, e pequenas reformas (emergenciais), que serão realizadas pelos próprios funcionários da



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000
CNPJ: 12.366.720/0001-54



Divisão de Serviços Gerais juntamente com a Sec. de infraestrutura, para manutenção dos prédios público. Os materiais deverão ser originais, novos, de primeira linha e devem respeitar os quantitativos descritos nas especificações abaixo. A especificação do material está de acordo com a relação encaminhada pela SEC. DE INFRAESTRUTURA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

- 3.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações ulteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste Contrato.
- 3.2. O fornecimento do objeto deste Contrato, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:
- 3.2.1. Proposta da CONTRATADA;
- 3.2.2. Processo de Dispensa nº 04/2021 e seus anexos;
- 3.2.3. Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência da contratação será até o dia 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO DOS SERVIÇOS

5.1. Os preços para **dispensa para compra de material de construção para atender as demandas da secretaria de infraestrutura**, será no valor global de R\$: 29.999,77 (vinte nove mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e sete centavos), conforme **tabela abaixo**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PC ASSENTO SANIT. TPJ BRI SOFT	10	R\$ 32,58	R\$ 325,80
2	PC COLUNA P/ LAVADOURO BRANCA MARI	15	R\$ 80,24	R\$ 1.203,60
3	CT DOBRADIÇA FG 3	22	R\$ 10,17	R\$ 223,74
4	PC PORTA SANF. BRANCA MONTADA 72CM	10	R\$ 146,39	R\$ 1.463,90
5	PC FECHADURA EXT. BL/ESP 1001/02EC CR	49	R\$ 46,00	R\$ 2.254,00
6	CT DOBRADIÇA 850X2. 1/2' ZINC. CART	20	R\$ 10,00	R\$ 200,00
7	TORNEIRA P/LAV . B. MOVEL 1/4V C-10	10	R\$ 75,00	R\$ 750,00
8	PC TELHA BRASILIT 2.44X1 10X5MM	30	R\$ 89,00	R\$ 2.670,00
9	KG PREGO 2.1/2X10	8	R\$ 20,90	R\$ 167,20
10	PC PA QUADRADA C/CABO 74CM	5	R\$ 41,75	R\$ 208,75
11	PARAFUSO P/TELHA BRASILIT 5	496	R\$ 2,20	R\$ 1.091,20
12	CALHA COM 3M	10	R\$ 165,09	R\$ 1.650,90
13	SC CIMENTO 50KG	307	R\$ 34,44	R\$ 10.573,08
14	ARGA MASSA	100	R\$ 28,00	R\$ 2.800,00
15	PC BACIA CONVENCIONAL BRANCA	20	R\$ 152,00	R\$ 3.040,00
16	LAVATORIO PARA COLUNA	15	R\$ 91,84	R\$ 1.377,60
VALOR TOTAL				R\$ 29,999,77



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000

CNPJ: 12.366.720/0001-54



5.2. Os valores acima permanecerão irreatáveis (correção monetária) pelo tempo de vigência do contrato.

5.3. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

- a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º, da Lei n. 8.666/93;
- b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º, da Lei n. 8.666/93.

5.4. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

5.5. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento das obrigações será efetuado mensalmente pela Contratante mediante a apresentação das notas fiscais/fatura, pelos serviços efetivamente executados, devidamente atestados pelo Setor competente, mediante transferência bancária em conta corrente da empresa contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidos em contrato, observados os seguintes critérios:

- a) Documento de cobrança rejeitado por erros ou incorreções em seu preenchimento será formalmente enviado à contratada, no prazo máximo de três dias úteis da data de sua apresentação;
- b) Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição, deverão ser reapresentados num prazo máximo de três dias úteis;
- c) A Contratante disporá de um prazo de até 10 (dez) dias contados a partir da data final do período de adimplemento em cada parcela, para ultimar o pagamento;

6.2. - Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Por meio do Presente, informamos que existe autorização e disponibilidade orçamentária para contratação de serviços de sanitização de escolas de acordo com a(s) funcional(ais) programática(s) abaixo e respectivo elemento(s) de despesa(s). Ressalvo que o **artigo 62 da Lei de diretrizes orçamentária autoriza a execução da proposta orçamentária em tramitação** a razão de 1/12 (um doze avos).

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA / PROJETO ATIVIDADE



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000
CNPJ: 12.366.720/0001-54



04.122.00012.002	MANUTENCAODOGABINETEDOPREFEITO
04.122.00012.003	MANUTENCAODASATIVIDADES DASEC. MUN. DE ADMINISTRACAO
04.123.00012.004	MANUTENCAODASEC. MUN. DE FINANÇAS
12.122.00012.005	MANUTENCAODASATIVIDADES DASECRETARIA MUNDE EDUCACAO
15.122.00012.009	MANUTENCAODASECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, LI MP. URB. E
04.121.00012.010	MANUTENCAODASECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO
27.122.00012.011	MANUTENCAODASECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS
12.122.00012.015	MANUTENCAODO FUNDOMUNICIPAL DE EDUCACAO
04.122.00012.018	MANUTENCAODOGABINETEDOVICEMUNICIPAL DE PREFEITO
04.122.00012.019	MANUTENCAODASECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URB. BANOEHABI
18.541.00012.020	MANUTENCAODASEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE, REC. HID., CIENCIA E TECN
04.121.00012.021	MANUTENCAODASECRETARIA DE PLANEJAMENTO, EMPREGO E REND A
27.812.00012.022	MANUTENCAODASECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
26.122.00012.023	MANUTENCAODASECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE
04.121.00012.024	MANUTENCAODASECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE GOVERNO E ART. POLI
13.122.00012.025	MANUTENCAODASECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
04.122.00012.026	MANUTENCAODASECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICACAO
12.361.00024.002	FUNDEB/ENSINO FUNDAMENTAL - 40%
12.365.00024.004	FUNDEB/ENSINO INFANTIL - 40%
12.366.00024.006	FUNDEB/EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS 40%
12.365.00026.004	MANUTENCAODASATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL
12.361.00026.005	MANUTENCAODO ENSINO FUNDAMENTAL
13.122.00016.006	MANUTENCAODE ATIVIDADES FESTIVAS E CULTURAIS
04.122.00016.007	MANUTENCAODO DEPTO LICITACOES
04.122.00016.015	MANUTENCAODO SERTOR DE COMPRAS
04.122.00016.016	MANUTENCAODO ALMOXARIFADO CENTRAL
04.122.00016.017	MANUTENCAODO PROCURADORIA MUNICIPAL

ELEMENTO DE DESPESA

3.3.3.9.0.3.0.00.00.00..0000 – MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. - Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, o CONTRATANTE se compromete a efetuar o pagamento na forma prevista na cláusula sexta.
- 8.2. – Serão realizadas vistorias pelo CONTRATANTE que terão por objetivo: a avaliação da qualidade e do andamento dos serviços prestados.
- 8.3. – A falta de pagamento de qualquer importância devida sob o presente contrato na data do vencimento, implicará em multa de 2% sobre o valor em atraso, corrigidos monetariamente + 1% a.m. de juros, *pro rata die*, calculados desde a data do vencimento do respectivo documento de cobrança até a data do efetivo pagamento.
- 8.4. – Na hipótese de rescisão contratual, fica estabelecida uma multa contratual para a CONTRATADA, em quantidade equivalente a 03 (três) vezes o valor mensal devido para a CONTRATANTE à época da rescisão, sem prejuízo de medidas cabíveis para indenização de eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. - Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, a CONTRATADA fica obrigada a:



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000
CNPJ: 12.366.720/0001-54



- a) Manter as mesmas condições que a habilitaram perante a Contratante como condição para a celebração do Contrato e durante a vigência deste;
- b) Assinar o “**Contrato**” relativo ao objeto adjudicado, no prazo de até cinco dias úteis, a contar da notificação;
- c) Submeter-se às normas e fiscalização que a Administração Pública Municipal exercerá sobre os serviços;
- d) Assumir plena responsabilidade legal administrativa e técnica pela execução e qualidade dos serviços;
- e) Levar ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades observadas nas áreas de serviços, para as providências que se fizerem necessárias;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas de 10% (dez por cento), consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho.

10.2. A hipótese de recusa, sem motivo justificado e aceito pela Administração, no recebimento da Nota de Empenho, constitui-se em falta grave, sujeitando a contratada à sua inscrição no Registro de Ocorrências da Secretaria de Administração de Porto Calvo e não impede, em razão das circunstâncias e a critério da administração desta Secretaria, a aplicação das demais sanções previstas no artigo 87, II, III e IV, da Lei nº 8.666/93, a saber:

- a) multa de 2% sobre o valor total do contrato que, em caso de não pagamento, será encaminhada para a dívida ativa do Estado, visando a sua execução;
- b) suspensão de, no mínimo 1 (um) ano e, no máximo de 2 (dois) anos, do direito de licitar / contratar com a Administração; e
- c) declaração de Inidoneidade.

10.3. - A multa prevista neste item será aplicada até o limite de 20% (vinte por cento) e será cobrada por compensação financeira dos créditos que o contratado tiver a receber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1. - O presente contrato poderá ser denunciado, por acordo entre as partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 10(dez) dias da data desejada para o encerramento, em conformidade com o art. 79, II da Lei 8 666/93.

11.2. - O presente contrato também poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

11.3. - Em caso de rescisão administrativa ou amigável deverá haver autorização prévia e fundamentada da Secretaria Municipal.



//

Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000
CNPJ: 12.366.720/0001-54



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

12.1. - A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** relativos ao presente contrato:

- a) Aumentar ou diminuir os quantitativos contratados nos limites previsto no art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93;
- b) Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei 8666/93;
- c) Aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato; e
- d) Fiscalizar a execução do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. - Para eficácia do presente instrumento, o **CONTRATANTE** providenciará sua publicação no Mural desta Prefeitura e na imprensa oficial, em forma de extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. - A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas e manter-se em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 8666/93 e legislação complementar, durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. - As partes contratantes elegem o foro de Porto Calvo, AL, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000

CNPJ: 12.366.720/0001-54



Porto Calvo, AL, 25 de março de 2021.

CONTRATANTE
ERONITA SPOSITO LEÃO E LIMA
PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PORTO CALVO

CONTRATADA
ROGERIO DA SILVA SOUZA ME
CNPJ/MF nº 08.889.177/0001-00

TESTEMUNHAS:

01 - NOME: *Edina L. N. Costa*
CPF: *10032280467*

02 - NOME: *Jose Nivaldo F. Mendonça*
CPF: *09922138433*

EM BRANCO



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000

CNPJ: 12.366.720/0001-54



EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Contrato nº 26/2021, firmado em 25/03/2021, entre **MUNICÍPIO DE PORTO CALVO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.366.720/0001-54 e a pessoa jurídica **ROGERIO DA SILVA SOUZA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº: 08.889.177/0001-00.

OBJETO: Dispensa para compra de material de construção para atender as demandas da secretaria de infraestrutura.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato deriva do processo de dispensa de licitação, com fulcro no Inciso II do Artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, e das condições e cláusulas seguintes.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2021.

VALOR: R\$: 29.999,77 (vinte nove mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e sete centavos).

SIGNATÁRIOS: pela Contratante, ERONITA SPOSITO LEÃO E LIMA, prefeita, e pelo Contratado, pessoa Jurídica **ROGERIO DA SILVA SOUZA - ME**.

Porto Calvo, Alagoas, 25 de março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE

PORTO CALVO

Jessica Yasmim Fidelis Fernandes de Lima
Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Contratos.



//

Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000

CNPJ: 12.366.720/0001-54



CONTROLADORIA MUNICIPAL DE PORTO CALVO.

Processo nº 202103190008


Assunto: Dispensa para compra de material de construção para atender as demandas da secretaria de infraestrutura.

Com a finalidade de:

- I. firmar um compromisso.
- II. dar garantia de que os recursos utilizados serão apropriados às despesas;
- III. assegurar que o crédito próprio comporte a despesa.
- IV. servir de base à liquidação da despesa;
- V. contribuir para assegurar a validade do contrato.

Autorizo a emissão da Nota de Empenho, nos termos acima expostos, observadas as diligências eventualmente apresentadas via ofício, recaindo sobre o ordenador da despesa, a imputação de responsabilidade por prosseguimento dos autos sem prévia observação aos apontamentos.

Porto Calvo – AL, 26 de março de 2021.


EMANUEL COSTA VALENÇA BARROS
Controlador Geral Do Município

OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA SERVIÇO DE SECRETARIAS E ENTIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE PORTO CALVO.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato deriva do processo de dispensa de licitação, de com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/9325, e Decreto Emergencial nº 02 de 05 de janeiro de 2021, e das condições e cláusulas seguintes.

VIGÊNCIA: 90 dias.

VALOR: R\$ 631.500,00 (Seiscentos e trinta e Um Mil e quinhentos reais).

SIGNATÁRIOS: pela Contratante, ERONITA SPOSITO LEÃO E LIMA, prefeita, e pelo Contratado, pessoa física TALMO MATIAS DA SILVA

Porto Calvo, Alagoas, 18 de fevereiro de 2021.

JESSICA YASMIM FIDELIS FERNANDES DE LIMA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Contratos.

Publicado por:

Mayara Bruna Bastista Perciano Guizelini

Código Identificador:A8762C3C

**DEPTO DE COMISSAO DE LICITACAO
EXTRATO DE CONTRATO 26/2021**

CONTRATO: Contrato nº 26/2021, firmado em 25/03/2021, entre M **UNICÍPIO DE PORTO CALVO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.366.720/0001-54 e a pessoa jurídica **ROGERIO DA SILVA SOUZA - ME**, inscrita no CNPJ sob n.º: 08.889.177/0001-00.

OBJETO: Dispensa para compra de material de construção para atender as demandas da secretaria de infraestrutura.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato deriva do processo de dispensa de licitação, com fulcro no Inciso II do Artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, e das condições e cláusulas seguintes.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2021.

VALOR: R\$: 29.999,77 (vinte nove mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e sete centavos).

SIGNATÁRIOS: pela Contratante, ERONITA SPOSITO LEÃO E LIMA, prefeita, e pelo Contratado, pessoa Jurídica **ROGERIO DA SILVA SOUZA - ME**.

Porto Calvo, Alagoas, 25 de março de 2021.

JESSICA YASMIM FIDELIS FERNANDES DE LIMA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Contratos.

Publicado por:

Mayara Bruna Bastista Perciano Guizelini

Código Identificador:A7C2B92C

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE PEDRAS**

**GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 739 DE 23 DE MARÇO DE 2021**

INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PORTO DE PEDRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

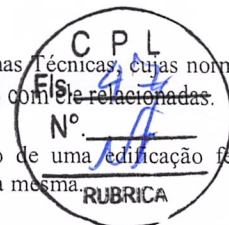
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO DE PEDRAS/AL, no uso de suas atribuições legais pela lei Orgânica Municipal e Pela Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES**

Art. 1º. Esta Lei deverá ser aplicada a todo e qualquer imóvel localização no território do Município de Porto de Pedras/AL, seja ele inserido em área considerada urbana ou rural.

Parágrafo único. Neste código, deverão ser admitidas a seguintes definições:

- 1) **ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas, cujas normas fazem parte integrante deste Código quando com ele relacionadas.
- 2) **Acréscimo ou Aumento** – Ampliação de uma edificação feita durante a construção ou após a conclusão da mesma.
- 3) **Adega** – Compartimento, geralmente subterrâneo, que serve, por suas condições de temperatura, para guardar bebidas.
- 4) **Água** – Termo genérico designativo do pano ou do plano do telhado
- 5) **Alicerce** – Elemento da construção que transmite a carga da edificação ao solo
- 6) **Alpendre** – Área coberta, saliente da edificação cuja cobertura é sustentada por colunas, pilares ou consolos.
- 7) **Alvará** – Documento que autoriza a execução de obras sujeitas à fiscalização municipal.
- 8) **Apartamento** – Unidade autônoma de moradia em prédio de habitação múltipla.
- 9) **Aprovação do Projeto** – Ato administrativo que precede ao licenciamento da construção.
- 10) **Área Aberta** – Área cujo perímetro é aberto em um dos seus lados de, no mínimo, 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) para logradouro público.
- 11) **Área Construída** – Área coberta fechada em todo o seu perímetro ou aberta em um de seus lados com profundidade superior à sua largura.
- 12) **Área Edificada** – Superfície do lote ocupada pela projeção horizontal da edificação.
- 13) **Área Fechada** – Área limitada, em todo o seu perímetro, por paredes ou linha de divisa do lote.
- 14) **Área de Vendas** – Área efetivamente utilizada para tal fim, excetuando-se as áreas de depósito, serviços administrativos e auxiliares dos estabelecimentos.
- 15) **Área Útil** – Superfície utilizável de uma edificação, excluídas as paredes.
- 16) **Balanço** – Avanço da edificação sobre os alinhamentos ou recuos regulamentares.
- 17) **Beiral ou Beirado** – Prolongamento de cobertura que sobressai das paredes externas.
- 18) **Calçadas** – Pavimentação do terreno dentro do lote.
- 19) **Cota** – Indicação ou registro numérico de dimensões; medidas.
- 20) **Corte** – Seção vertical do interior de uma edificação.
- 21) **Depósito** – Edificação ou parte de uma edificação destinada à guarda prolongada de materiais ou mercadorias.
- 22) **Dispensa** – Compartimento destinado à guarda de gêneros alimentícios.
- 23) **Economia** – Unidade autônoma de uma edificação passível de tributação.
- 24) **Embargo** – Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.



**INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL
ROGERIO DA SILVA SOUZA**



ROGERIO DA SILVA SOUZA, brasileiro, solteiro, maior, empresário, natural da cidade de Porto Calvo – AL, data de nascimento 12/03/1967, portador da Carteira de Identidade RG nº 743363, expedida por SSP/AL e CPF nº 477.681.854-04, residente e domiciliado na Rua Cel. Clodoaldo da Fonseca, nº 80, bairro Centro, cidade de Porto Calvo – AL, CEP 57900-000.

Empresário Individual, que gira sob a denominação **ROGÉRIO DA SILVA SOUZA**, inscrita no CNPJ 08.889.177/0001-00, registrada na JUCEAL – Junta Comercial do Estado de Alagoas sob o n.º 27101153921, com sede na Rodovia AL 101, Norte, Km 100, SN, bairro Zona Urbana, cidade de Porto Calvo – AL, CEP 57900-000.

Resolve alterar o seu Instrumento de Empresário Individual, mediante as seguintes cláusulas (art. 968, I, CC):

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 968, II, CC).

O empresário individual tem como nome empresarial a seguinte firma **ROGÉRIO DA SILVA SOUZA**, e usará a expressão **ARPOL** como nome fantasia a partir deste instrumento.

CLÁUSULA II - DO CAPITAL (art. 968, III, CC).

O capital social que era de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), divididos em 20.000 (vinte mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizados em moeda corrente do país, neste ato elevado para R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 100.000 (cem mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizados em moeda corrente do país.

CLÁUSULA III - DA SEDE (art. 968, IV, CC).

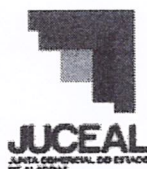
O empresário individual tem sua sede na Rodovia AL 101, Norte, km 100, SN, bairro Zona Urbana, cidade de Porto Calvo – AL, CEP 57900-000.

CLÁUSULA IV - DO OBJETO (art. 968, IV, CC).

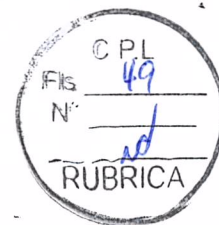
O empresário individual terá a partir deste instrumento por seu objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: **COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES / COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS / COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL / COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO (GLP).**

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) a partir deste instrumento serão exercidas as atividades de: **COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES / COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS / COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL / COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO (GLP).**

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/02/2020 12:39 SOB N° 20200068156.
PROTOCOLO: 200068156 DE 17/02/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000763381. NIRE: 27101153921.
ROGERIO DA SILVA SOUZA



Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO-GERAL
MACEIÓ, 17/02/2020
www.facilita.al.gov.br



**INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL
ROGERIO DA SILVA SOUZA**

E exercerá as seguintes atividades:

- CNAE Nº 4530-7/03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores.
- CNAE Nº 4744-0/02 - Comércio varejista de madeira e artefatos.
- CNAE Nº 4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral.
- CNAE Nº 4784-9/00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP).

CLÁUSULA V - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO (art. 37, II, Lei nº 8.934, de 1994).

O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

E, por estar assim alterado, assino o presente instrumento.

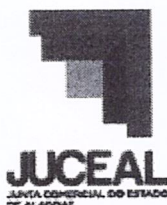


Porto Calvo - AL, 13 de fevereiro de 2020.

Rogério da Silva Souza

ROGERIO DA SILVA SOUZA
Empresário

OSOC 7/03 - 12000763381
NIRE: 27101153921



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/02/2020 12:39 SOB Nº 20200068156.
PROTOCOLO: 200068156 DE 17/02/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000763381. NIRE: 27101153921.
ROGERIO DA SILVA SOUZA

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO-GERAL
MACEIÓ, 17/02/2020
www.facilita.al.gov.br



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO
Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL – CEP 57.900-000
CNPJ. N.º 12.366.720/0001-54



DECLARAÇÃO Nº 001.2309/2021 – CPL

Comissão Permanente de Licitação e Contratos

Dispensa Nº 07/2021.
Protocolo Geral: 202103190008
Número do Contrato: 26/2021

Declaro para os devidos fins que após uma considerável análise processual, foi relatado ausência do Contrato Social, entretanto o dever funcional que tem o Administrador Público de planejar e traçar metas e objetivos. Foi devidamente anexado ao processo. Objeto da Dispensa: Aquisição de dispensa para compra de material de construção para atender as demandas da Secretaria de Infraestrutura de Porto Calvo-AL. **ROGERIO DA SILVA SOUZA - ME**, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ: 08.889.177/0001-00, com sede na Rod. AL 101 Norte Km 101, SN, Porto Calvo-AL, CEP: 57.900.000, na prestação de serviços em geral sob regime de empreitada execução de tarefas de certas e determinadas, com cronograma, prazos e quantidades de pessoal previamente aprovado pelo Município, para atender as necessidades das Secretaria Municipal de Administração e dos demais Órgãos participantes.

Com vigência até 31 de dezembro de 2021 a partir da data de assinatura do Contrato aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2021. O valor total da contratação é de R\$: 29.999,00 (vinte e nove mil novecentos e noventa e nove reais). Atestamos ainda que, até a presente data, a prestação dos serviços acima referidos apresenta bom desempenho operacional fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente.

EMISSON LUÍS NASCIMENTO ROCHA
Presidente da Comissão de Licitações e Contratos